

Recursos do governo podem começar a faltar em agosto

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

Os recursos orçamentários à disposição do Tesouro, para pagamento dos encargos reais da dívida mobiliária e dos débitos externos com aval da União, são suficientes para cobrir apenas os compromissos deste mês e do próximo, dependendo do comportamento da inflação, do câmbio e das taxas de juro determinadas pela política monetária do Banco Central (BC).

A estimativa foi feita, ontem, pelo titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), Pedro Pullen Parente, preocupado com a decisão do Congresso de deixar para depois do recesso de julho a apreciação do Projeto de Lei nº 6, que autoriza o Executivo a cobrir créditos adicionais de NCz\$ 129,2 bilhões no orçamento fiscal, incorpo-

rando receitas e atualizando os valores.

Ao contrário dos encargos reais, para os quais poderá faltar dotação no final do próximo mês, a rolagem da dívida pública não será prejudicada pela recusa do Legislativo em aprovar a proposta do Executivo. "Estávamos apenas regularizando a situação, já que a Constituição exige a inclusão da rolagem da dívida no orçamento e, agora, continuaremos seguindo a sistemática anterior até haver alguma definição", disse o secretário.

SEGURANÇA DE CANDIDATOS

As despesas de manutenção e custeio também serão afetadas pela posição do Congresso. E o caso, por exemplo, de gastos do Departamento de Polícia Federal (DPF) com a segurança dos candidatos à

Presidência, que não estavam previstos no orçamento original deste ano. Como a Polícia Federal teve outras despesas extras, nos primeiros seis meses do ano, suas dotações de custeio já estão praticamente esgotadas, exigindo alteração na lei orçamentária.

O Executivo ficou impossibilitado, legalmente, de iniciar a aplicação dos recursos arrecadados pelo selo-pedágio, da ordem de NCz\$ 100 milhões até agora, de um total de NCz\$ 330 milhões previsto inicialmente para todo o exercício (quando não se contava com o recrudescimento da inflação). Se o projeto nº 6 tivesse sido aprovado, o Tesouro já poderia ter liberado pelo menos NCz\$ 83 milhões para conservação da malha rodoviária.

Independente disso, já que também o Departa-

mento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) está com suas dotações esgotadas, a Secretaria de Planejamento (Seplan) pediu à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) um levantamento sobre os recursos já liberados para aquele órgão, para ver se é possível adiantar verbas de outras rubricas, de modo a atender aos programas de investimento e custeio sob responsabilidade do Ministério dos Transportes.

Outros órgãos também podem enfrentar dificuldades em consequência da não atualização do orçamento, segundo Pullen Parente. E o caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujas verbas de custeio e outros capitais já vêm sendo contidos no bojo dos atrasos mensais determinados a nível da execução do orçamento geral da União.